



SANDRAMARACORAZZA

obra, vidas etc.



Copyright © 2022 Dos Autores.

Capa e projeto gráfico: Fabiano Neu.

Imagem de capa: *Salamandra*, baseada em *Fire Salamander*, de Night-Owl8.

Diagramação: TAI Design.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

S219

Sandramaracorazza: obra, vidas etc. / Julio Groppa Aquino, Claudia Regina Rodrigues de Carvalho, Paola Zordan (Organizadores). - 1. ed. - Porto Alegre: UFRGS/Rede Escriteiras, 2022.

1092 p.

ISBN 978-65-5973-091-9

1. Biografia 2. Bibliografia 3. Sandra Mara Corazza I. Aquino, Julio Groppa II. Carvalho, Claudia Regina Rodrigues de III. Zordan, Paola IV. Título.

CDU: 929

Bibliotecária: Ana Gabriela Clipes Ferreira CRB-10/1808

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

SANDRAMARACORAZZA

obra, vidas etc.

JULIO GROPPA AQUINO
CLAUDIA REGINA RODRIGUES DE CARVALHO
PAOLA ZORDAN
(orgs.)



PORTO ALEGRE

2022

PENSAMENTO DA DIFERENÇA NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO:¹⁷¹ figuras do infantil, imagens da história

Fabiana de Amorim Marcello¹⁷²

Era uma vez... A história da infância narrada, ela mesma, tal qual um conto de fadas. Investida de fantasia e humor, trata-se de uma história que revela paulatinamente o mistério que, desde logo, sobretudo àqueles que se ocupam de pensar a infância, parecemos saber: a infância, tal como a conhecemos foi inventada; mais do que isso, seus contornos, limites e fendas foram e vem sendo, há mais de trezentos anos, progressiva e desordenadamente compostos. Como forma-forças incontestes dessa história, Estado, religião, medicina, psicologia, pedagogia, mercado, mídia, em seu conjunto (e um conjunto que aqui diz respeito ao próprio “poder disciplinar”, nomeado de “Indivíduo”), deram corpo (ou melhor, diferentes corpos) a elas, às “gentes pequenas”, na qualidade disto mesmo a que foram resumidas: pequenas, menores.

É assim que “As gentes pequenas e o Indivíduo”, subtexto central que compõe o capítulo “Pensamento da diferença na pesquisa em educação: Era uma vez... quer que conte outra

¹⁷¹ Pensamento da diferença na pesquisa em educação: era uma vez... Quer que eu conte outra vez? As gentes pequenas e os indivíduos. In: ABRAMOWICZ, Anete; TEBET, Gabriela. (org.). *Infância e pós-estruturalismo*. 2.ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019. p. 153-173.

¹⁷² Licenciada em Pedagogia, mestre e doutora em Educação. Docente da Faculdade de Educação da UFRGS. Pesquisadora do CNPq.

vez? As gentes pequenas e os indivíduos”, convida a uma leitura particular da história da infância. Longe das apostas tão recorrentes a partir das quais se conta a História (essa com H), aqui não há uma ideia de infância “desde os primórdios”, nem um panorama das crianças “através dos tempos”; o texto não remonta a um princípio originário de “onde tudo começou”, mas enfrenta, com ironia, a incertitude que sustenta aquilo que é, antes, descontínuo e disperso; enfrenta, desse lugar, as rupturas e as irrupções que emergem sem explicações causais e lineares — semelhante àquelas que compõem as mais prosaicas fábulas infantis: “Era uma vez uma nova raça formada por gentes bem pequenas; surgiu assim, de repente, muito tempo atrás, em um mundo parecido com o nosso” (CORAZZA, 2019, p. 157).

Ao compor uma breve arque-genealogia da infância moderna por meio de elementos (dos mais básicos) e das estruturas (mais fundamentais) das narrativas maravilhosas, tem-se, a um só tempo, e já de início, dois pressupostos decisivos para aqueles que tomam a infância como problema. O primeiro deles, como parte incontornável do arcabouço foucaultiano que sustenta a discussão, é a radicalização do entendimento da *história como ficção*. Ou seja, nos termos daquilo que se inventa, em pouco se diferenciam as historinhas para embalar o sono dos pequenos (ou, talvez, das pequenas) daquelas que contam sobre as grandes civilizações ou povos heróicos: trata-se de narrativas engenhosamente produzidas, cujos efeitos são sentidos naquilo que continuamente elas erigem e, mais, solidificam, no ato mesmo de sua repetição: era uma vez... quer que conte outra vez?:

No começo, ninguém prestava atenção às gentes pequenas. [...] As tais pequenas viviam soltas pelos lugares: comiam e bebiam do jeito

que dava; dormiam onde tivesse uma beirada; vestiam-se com as roupas que eram jogadas fora; circulavam no meio do passeio público, nas lojas, nos mercados, junto com os gatos, patos, galinhas, porcos, cachorros, cavalos, vacas e bois (CORAZZA, 2019, p. 157).

No ato de tomar a História como uma historinha, o que se tem é o movimento não de sua diminuição, muito menos de crença em sua inutilidade: o jogo agonístico entre as “gentes pequenas” e “o Indivíduo” (em suas múltiplas e difusas formas, como acima referido) se produz na qualidade de uma estratégia argumentativa que vai de encontro aos essencialismos tão frequentemente vinculados às crianças; estratégia que, antes, mostra as ironias da contingência, da mutabilidade e da impermanência, lá mesmo onde poder-se-ia ver “desenvolvimento”, “progresso”, “evolução”. Em relação às crianças e à infância que a elas se relaciona, não há, pois, “natureza”, conta o nosso “Era uma vez...”, mas a assunção deliberada de jogos de força sobre os corpos infantis e ao que a eles diz respeito: do que gostam e não gostam, do que comem, de como devem (ou não) falar, de como devem (ou não) se portar, dos modos de educá-lo, cuidá-los, medicá-los, amá-los, enfim, de produzi-los por meio desse que foi e é um grande *dispositivo*, o da infantilidade — especialmente na medida em que sustentando e produzindo um jogo historicamente dinâmico e irreconciliável da infância em, pelo menos, quatro grandes formas: “da identidade subordinada, do corpo e da alma educados, da adultização das crianças, e da sexualização do infantil” (CORAZZA, 2000, p. 351).

De tanto atentar, [o Indivíduo] encasquetou que as pequenas tinham um ‘corpo’ e passou então a ‘observá-lo’ melhor — com olhos tão

grandes quanto os do Lobo que olhava para Chapeuzinho Vermelho —, não para devorá-lo, mas só para implicar com ele.

Só para implicar com este corpo — que ele embestou que não deveria ser qualquer jeito, mas ‘dócil’ e ‘útil’ — exigiu-se que as pequenas se arrumassem melhor; que comessem e dormissem nas horas certas e nos lugares determinados; que se assoassem e não pusessem mais o dedo no nariz; que tomassem banho ‘regularmente’; que escovassem os dentes, após cada refeição; que não fizessem mais xixi nem cocô nas calças, nas camas e nos tapetes; que cuidassem onde estavam pondo as mãos — ‘lá’ não podia mais, era pecado! [...]” (CORAZZA, 2019, p. 158).

Ainda sobre o primeiro pressuposto que, entendemos, ser decisivo para aqueles que tomam a infância como problema, o texto leva ainda mais longe sua relação imanente com a infância e sua história, já que ele próprio, na qualidade de produção narrativa hoje singular e imediatamente relacionada ao que é produzido para crianças, só pode existir de par com a própria infância que enuncia como invenção. Efeito circular ou, quem sabe, labiríntico, que faz a palavra remeter a si mesma, inclusive sob o risco de, *desaparecendo-se uma, extinguir-se a outra*. De modo contrário, mas mutuamente constitutivo, o mesmo movimento labiríntico implica, também e ainda, ver e fazer ver, em breves aparições, fulgurações que dão forma e fundo a espécies de constelações de imagens de uma “infância sem fim”, aquelas que dizem tanto, lá longe, de um passado (ainda que relativamente recente), como algo aqui, de nós e do que nos é tão íntimo e próximo, tão próximo. Ou seja, *aparecendo uma, emergem tantas outras*.

[...] acima de tudo, [o Indivíduo] fez aparecer as professoras (e, mais tarde, os professores) que deveriam amar tanto as pequenas e [...]

tudo fariam para torná-las cada vez mais rapidamente iguais, iguaizinhas ao Indivíduo — livres, soberanas, racionais, autônomas (e mesmo “cidadãs”, tal como o Cidadão, um primo-irmão do Indivíduo que eu até esqueci de apresentar) (CORAZZA, 2019, p. 166).

Assim, pode-se dizer que, ao “brincar com as palavras” (CORAZZA, 2019, p. 153) por meio desse “Era uma vez”, brinca-se, basicamente, com imagens — ainda que não para, linearmente, fazer delas meros exemplos de algo, meros artefatos esclarecedores, na busca de correspondências interpretativas factíveis e verdadeiras sobre as crianças e à infância. Mais precisamente: Biotômico Fontoura, Óleo de Rícino, Baby Johnson, *A Vida do Bebê*, chucas, fitinhas, passadores, Boletim, McDonald’s, aveias, sucrilhos, leites em pós, Beto Carrero, Homem Aranha, Tartarugas Ninja, She-Ra, He-Man, *baby-sitters*, moralistas, filantropos, religiosos, médicos, irmãs de caridade, dondocas ricas, bicho-papão, homem do saco, tanto quanto Escola, Paróquia, Circo ou Cartório são mais do que imagens evocadas num texto fabular sobre a história da infância: em sua coreografia, compõem, elas mesmas, um *texto-imagem* a partir do qual vemos e somos vistos como sujeitos infantis que fomos e que pretensamente conhecemos, cuidamos e educamos; como sujeitos infantis com os quais romanticamente nos maravilhamos e também nos aterrorizamos; como sujeitos infantis nos quais incansavelmente depositamos o futuro, mas cuja própria existência hoje (como ontem), para nosso desespero, acena à sua extinção.

Isso sempre foi um mistério, porque ou ser gente pequena era um paraíso ou era um inferno, uma provação, uma coisa errada, algo a ser superado, reprimido e necessitado de correção e suplência, não é mesmo? (CORAZZA, 2019, p. 169).

Assim, é, pois, sobre essas (difusas) figuras do infantil (ou sobre o que a autora também chama de “espectros do infantil” [CORAZZA, 2019, p. 170]) que se fundamenta o segundo pressuposto decisivo àqueles que tomam a infância como uma questão. Mais precisamente, na qualidade de um *texto-imagem*, opera-se por meio de uma recusa a um plácido reconhecimento de tantas e distintas figuras do infantil presentes e atuantes no teatro da história e, acima de tudo, opera-se pelo riso (por vezes desconfortável) provocado pelo estranhamento de suas incoerências e contradições, em seus modos de ser múltiplos e, por vezes, contraditórios: figura histórica, figura epistêmica, figura da ciência, figura social, figura cotidiana, figura antropológica, figura do tempo, figura moral, figura regressiva, figura de juízo e definição, figura de pânico; ou, de modo mais amplo, figuras de que compõem um tumultuoso (porém recalitrante) universo fantasmático da infantilidade, de algo que talvez possa ser entendido como um universo de “imagens sobreviventes” (DIDI-HUBERMAN, 2013), na recalitrância de seu aparecimento, desaparecimento e reaparecimento e que, nessa condição, colocam a vida e a morte da infância não em polos opostos, em temporalidades extremas uma à outra, mas, antes, em séries (frágeis e, exatamente por isso, sucessivas, contínuas) de vida-e-morte: como “objeto de ternura, cuidados, distorções, amores”; como “objeto de solicitude caritativa, filantrópica, de investimento estatal, do capital”; como “objeto de poder dos discursos, um saber positivado, uma subjetividade descrita”, como “o Outro, desordem da razão, o inumano, o anormal”, como “apego do humano a si”; no mesmo plano dos insanos alienados, loucos, desatinados, degenerados [...]”, “promessa antecipada, profecia realizada [...] infância melhor = mundo melhor”; como “ameaça patológica; [...] infantil-

mo”; “relacionamento de posse, obscura dependência”, como “infância roubada, inocência perdida, encantamento negado, desaparecimento, morte da infância [...] A criança é IGUAL ao adulto: FIM” (CORAZZA, 2019, p. 171-172).

Se tomamos esse como segundo pressuposto decisivo é porque entendemos tais figuras (do infantil) no sentido grego do termo, tal como assumido pela própria autora: “como gesto do corpo captado na ação, e não contemplado no repouso” (CORAZZA, 2000, p. 329). Dizendo de outro modo, tais figuras se mostram fundamentais na medida em que emergem como pontos de concentração e, igualmente, de agitação de uma história (e não como recortes isolados dela), variáveis aqui e ali (ou seja, não são nem foram sucessivamente delimitados), que se fazem presentes de distintas formas no tempo-espaço desse dispositivo histórico. Ao final do texto, a pergunta sobre “como [tais figuras] podem valer para todas as vezes que alguém diz Infantil?” assegura, assim, um renovado trabalho (de pensamento, de produção mesma da história) e não uma deliberação ou assertiva finalística sobre a infância. Em sua marca “sobrevivente”, o próprio “Era uma vez...” emerge, portanto, como convite também a contar, a partir de invisibilidades inesperadas, outras narrativas — e que, ao fazê-lo, permita tornar o espectro do infantil “alguma coisa difícil de ser nomeada” (CORAZZA, 2019, p. 171).

* * *

Para além desses pressupostos (um relativo ao conceito de história e outro sobre as figuras do infantil por ela engendradas), e que reúnem elementos mais gerais do texto em si, gostaríamos de indicar, ainda, aquilo que, nele, entendemos se apresentar como movimentos singulares de pensamento e

que se estabelecem em paralelo (ou, mais do isso, constitutivamente) às discussões sobre infância e história. Elegemos, assim, dois movimentos que reconhecemos como fundamentais de serem destacados em relação ao texto aqui em debate, quais sejam: sobre a dinâmica teórica por ele criada e sobre a linguagem com que opera.

Em relação à dinâmica teórica: o fato de compor-se como parte de determinada literatura da história da infância (CORAZZA, 2019), mais particularmente, daquela que narra o dispositivo histórico da infantilidade, inscreve este texto na ordem de uma inventividade teórica singular no campo das pesquisas sobre a infância no Brasil e, com efeito, confere ineditismo para os modos de se trabalhar com a vasta obra de Michel Foucault. Explicando melhor: ainda que se trate de uma publicação de 2019, o texto pode ser facilmente relacionado às discussões presentes na tese de doutorado de Sandra Corazza, posteriormente publicada em livro sob o título *A história da infância sem fim* (2000). Ou, nas palavras da autora, logo no primeiro parágrafo, “ele integra uma rede de outras histórias, narradas de outros modos, em outros tempos e com diferentes intensidades” (CORAZZA, 2019, p. 153); em comum, o fato de estarem, todas elas, “atravessadas pela analítica do dispositivo — de poder, saber, subjetividade —, no qual se implica o infantil contemporâneo” (CORAZZA, 2019, p. 153).

Trazer esse dado somente faz sentido porque nossa intenção é mostrar, por meio dele, que tomar o infantil “objeto de pensamento”, como uma “problemática” (CORAZZA, 2019, p. 154) e, mais do que isso, operar com o infantil “como experiência” (p. 155) (junto à loucura, à criminalidade, à doença, à sexualidade) e com a infantilidade como um dispositivo, exi-

giu dinamizar conceitos e com um manancial teórico, naquele momento, ainda muito pouco explorados no Brasil. Ainda que hoje as pesquisas sobre infância ancoradas na obra de Michel Foucault, bem como aquelas que investem no conceito de dispositivo se façam, de fato, mais presentes e em maior número (e mesmo, mais amplamente, considerando todas as incontáveis produções de comentadores que tornam hoje Michel Foucault um autor mais acessível do que há duas décadas), não seria exagero afirmar que talvez estejamos falando de uma das primeiras pesquisas no país, no campo da educação, a valer-se dessas articulações.

Mais uma vez, menos do que um dado em si, ao trazer-mos esse movimento buscamos dar ênfase à produtividade que ele instaurava (e ainda instaura) ao propor, a partir da infância, uma “ontologia histórica de nós mesmos” (CORAZZA, 2019, p. 155), precisamente por meio do tensionamento das verdades que produziram e produzem o sujeito infantil como objeto de conhecimento, das relações de poder que o marcam e o transformam em objeto de governo, bem como da relação ética que o constitui como sujeitos de determinada ação moral (CORAZZA, 2019).

Há, pois, uma dimensão, diríamos, pedagógica que merece ser considerada em relação a este texto (e dos outros investimentos teóricos aos quais ele está inarredavelmente articulado), e ela diz respeito aos modos de operar com a caixa de ferramentas foucaultianas, tanto no nível de sua inventividade, como no nível de algo que excede a uma linearidade de leitura e interpretação. Dizendo de outra forma, caracterizar um dispositivo da infantilidade ocidental *no contexto brasileiro* implicou, por exemplo, percorrer o que alguns chamam de “retalhos de histórias”, “dados [no duplo sentido do termo] de/a

infância” ou mesmo entrar em um “trem-fantasma”,¹⁷³ de onde avistam-se desde aquelas imagens há pouco referidas e com a quais o texto “brinca”, como outras, das quais destacamos, por exemplo, *El niño/El niña* — esse fenômeno atmosférico da infância, “selvagem, furioso, cruel, monstro, problemático, assustador, anômalo” (CORAZZA, 2000, p. 348) —, que demarcam as linhas de ruptura do dispositivo da infantilidade e assim desequilibram o modo moderno de ser infantil. Ou seja, tal dimensão pedagógica incide em reconhecer, a cada vez, que conceitos não são algo aplicável (muito menos em espaços-tempos tão distintos quantos aqueles que nos separam do autor francês em suas investidas). Daí que, no exemplo referido, menos do que certa composição alegórica, assumimos a composição sobre *El niño/El niña* em sua marca teórica singular — especialmente ao fazer ver aquilo que, do Oceano Pacífico tropical, reverbera, em intensidade e força, no Atlântico, ao largo das costas europeias, de onde registra-se sua emergência.

Como segundo movimento, no caso relativo à linguagem com que ele opera, destacamos o fato de o texto se produzir, fundamentalmente, como uma narrativa do estilo “Era uma vez...”, compondo uma intimidade peculiar entre a escrita acadêmica e, de algum modo, a literatura (ainda que em seu uso paródico); entre a escrita acadêmica e o ímpeto de produzir o pensamento concebendo como inseparável o que tradicionalmente nomeamos de “forma” e

¹⁷³ Refiro-me aqui ao modo como diferentes autores-pesquisadores que elaboraram prefácios de obras de Sandra Corazza sobre o tema — particularmente, Leandro de Lajonquière e Rosa Maria Bueno Fischer — nomeiam justamente esse modo (que não deixa de ser também arqueológico) de percorrer as camadas de visibilidade do dispositivo da infantilidade seja em compêndios historiográficos, na literatura, no cinema, no mais prosaico telejornal brasileiro das 20h.

“conteúdo”. Essa escrita, em sua ironia, humor, mas acima de tudo, perspicácia, já se fazia presente em outros textos da autora. Se aqui as “gentes pequenas” e o “Indivíduo” são as personagens centrais de uma história da infância sem fim, mencionamos também, por exemplo, “O jogo do PE: luzes examinantes para o além-mundo da Pastoral Educativa” (CORAZZA, 2005) — texto no qual se apresenta, como o próprio título sugere, a descrição de um jogo: o jogo do PE (“pronuncia-se ‘Pê’ — como é coloquialmente conhecido entre seus aficionados” [p. 42]). Por meio da caracterização das peças, de suas posições e movimentos, bem como das minúcias do que podem e do que fazem os jogadores, tem-se as regras e estratégias de um jogo que, à moda foucaultiana, se produz como um conjunto de regras de produção da verdade e, com isso, dos sujeitos e da subjetividade: o jogo da Pastoral Educativa.

Cada jogadora — pode ser “jogador” também — recebe um conjunto de peças, correspondente ao tipo de casas que escolheu, ou que lhe foi atribuído. O conjunto de peças posiciona-se na área do mesmo conjunto de linhas de força. Os infantes (também chamados de peões) são as peças de menor valor no jogo. Como no xadrez, retratam o passado medieval e, por isso, foram concebidos à semelhança dos soldados daquela época, e sua forma lembra um pequeno guerreiro de capacete. As outras peças, de vários graus de importância, são os padres ascéticos (também conhecidos por bispos, embora seja visível a diferença hierárquica entre eles), cujo formato lembra uma mitra (espécie de chapéu eclesiástico, muito cobiçado pelos padres, especialmente os difusores dos ideais ascéticos); alguns jumentos (ditos também cavalos, embora estes reclamem, querendo diferenciar-se na quali-

dade de superiores), que lembram a nobreza, presente nas batalhas medievais sempre montada, que não era besta nem nada de ficar a pé [...] (CORAZZA, 2005, p. 43-44).

Ao trazer esse texto e colocá-lo ao lado do “Era uma vez...”, notadamente quanto àquilo que eles sinalizam em relação à produção (literal) de um conhecimento como ficção, afirmamos que não se trata de mero recurso, mera expressividade de uma personalidade, ela mesma irônica, mas sim de um modo outro de fazer, escrever e, portanto, pensar em educação. Ao dizer isso, não apostamos num ato inaugural nem de um nem de outro texto (e nem de sua autora), mas sublinhamos algo, ao menos, singular, especialmente se considerarmos o fato de que se trata de produções que, há cerca de 20 anos, já ganhavam visibilidade e espaço nos mais importantes periódicos da área (e, pelo menos naquele momento, mais tradicionais e pouco afeitos a desvios das normas convencionais de apresentação de manuscritos).

Em suma, se há algo que une o que nomeamos aqui de pressupostos e de movimentos é aquilo que o texto sugere como matéria bruta para pensar a infância: como matéria de ficção, personagem de conto, peça de jogo. Em seus limites, e cada um a seu modo, trata-se do investimento na criação e naquilo que faz do imprevisível algo não a contornar, mas, antes, a buscar: por certo sobre a própria infância e sua história, mas também, e sobretudo, sobre os modos de pensar e pesquisar em meio a vida-e-morte, sem fim.

REFERÊNCIAS

CORAZZA, Sandra. O jogo do PE: luzes examinantes para o além-mundo da Pastoral Educativa. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 26, n. 90, p. 41-75, jan./abr. 2005.

CORAZZA, Sandra. *História da infância sem fim*. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2000.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg*. São Paulo: Contraponto, 2013.